

SUBSÍDIOS À AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Bruna dos Santos Prestes¹
Maiara Eloi da Silva²
Márcia Fuchter³
Bruno Thiago Tomio⁴

Resumo: O Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é a política pública de maior relevância para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira na atualidade. O objetivo primordial desta consiste na geração de renda e no apoio financeiro das atividades agrícolas, através do custeio da safra e do investimento na aquisição de equipamentos e na melhoria da infraestrutura de produção. A região do Alto Vale do Itajaí é caracterizada pela forte presença de estabelecimentos da agricultura familiar, sendo que, as atividades agrícolas representam parte significativa da geração de riqueza e renda para a região. Partindo dessa característica regional, o presente relato, desenvolvido no âmbito do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional, tem por objetivo identificar as contribuições do Pronaf para os agricultores do Alto Vale do Itajaí, identificando a evolução no acesso ao crédito rural nos municípios que pertencem à região. Por meio da pesquisa foi possível identificar que ocorreu o crescimento do número de contratos, bem como do montante de recursos aplicados por meio do programa. Estes recursos garantem a permanência dos agricultores no campo, uma vez que dinamiza a produção e viabiliza a propriedade rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar. Alto Vale do Itajaí.

1 INTRODUÇÃO

A elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar é um fato recente, de acordo com Mattei (2005), até o início da década de 1990 não existia nenhuma política pública considerável direcionada aos agricultores familiares, existia apenas as políticas que privilegiavam os setores mais capitalizados.

A partir da promulgação da Constituição de 1988 que este cenário começou a mudar, uma vez que as organizações dos trabalhadores rurais solicitavam a

¹ Graduanda na 3ª fase do Curso de Ciências Econômicas no Centro Universitário para o desenvolvimento do alto vale do Itajaí. E-mail: bruna-prestes@hotmail.com.

² Graduanda na 3ª fase do Curso de Ciências Econômicas no Centro Universitário para o desenvolvimento do alto vale do Itajaí. E-mail: may.eloydasilva@hotmail.com.

³ Professora Orientadora.

⁴ Professor Orientador.

implantação de políticas públicas de desenvolvimento rural para a categoria, considerada a mais fragilizada (MATTEI, 2005). Em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para atender as reivindicações dos trabalhadores rurais. Seu objetivo era financiar projetos individuais ou coletivos, com o intuito de gerar renda aos agricultores e assentados da reforma agrária (SECRETÁRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2014).

Sabe-se que a agricultura familiar é relevante tanto na produção de alimentos, quanto na geração de empregos, mas que seu desenvolvimento depende em grande parte dos subsídios governamentais, devido a inúmeros problemas quando a inserção da categoria no mercado competitivo. Portanto, política de estímulo à produtividade como o Pronaf tem sido responsável pelo melhor desempenho das propriedades.

Partindo da importância que a política tem surtido ao longo de sua implantação o presente relato, tem por objetivo identificar as contribuições do Pronaf para os agricultores do Alto Vale do Itajaí, identificando a evolução no acesso ao crédito rural nos municípios que pertencem à região. Para tanto foram levantados dados da evolução no número de contratos, bem como do montante de recursos aplicados por meio do programa para as safras de 2003/04 e 2012.

Cabe ressaltar, que a pesquisa foi realizada no decorrer do Curso de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional nas disciplinas de Iniciação à Pesquisa e nas disciplinas de Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional. As aulas ministradas em todo curso deram subsídios à construção do texto. O tema reflete uma realidade específica da região, pois, é na agricultura familiar que boa parte dos municípios do Alto Vale do Itajaí tem sua fonte de renda e emprego. Pretende-se com os dados levantados contribuir com o debate acerca da agricultura familiar bem como contribuir para o desenvolvimento regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para expor a realidade da agricultura familiar, bem como a influência do Pronaf para o desenvolvimento da categoria na região do Alto Vale do Itajaí, foi proposta na disciplina de Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional I a elaboração de um referencial teórico que conceituasse e caracterizasse a agricultura familiar a fim de entender quais os profissionais que se enquadram nesta modalidade e quem tem acesso ao crédito rural. Além disso, foi proposta também uma

contextualização sobre as políticas de crédito rural no Brasil para entender sua importância.

2.1 CONCEPÇÕES SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

A expressão de agricultura familiar no Brasil passou a ser utilizada de forma oficial recentemente, antes esta categoria era denotada como de baixa renda, de subsistência e de pequena produção. Segundo Abramovay (1997) o novo segmento de agricultura familiar apresenta-se dinâmico, onde o agricultor tem capacidade de integrar-se aos sistemas de crédito, tem acesso à inovação tecnológica e entra com relevância no mercado competitivo. Para o autor este dinamismo tem base em três fatores básicos: a base material para a produção, como a extensão e fertilidade dos solos; a formação dos agricultores, que vem sendo cada vez mais de extrema necessidade; e o ambiente socioeconômico que atuam, tendo acesso as diversidades do mercado.

Quanto à definição a maior parte dos estudos relacionados à agricultura familiar, conceitua a categoria observando o processo gestão e trabalho (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014).

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 Art. 3º que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural atendendo aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

O fortalecimento deste setor vem crescendo através das políticas públicas, onde seu papel fundamental está na busca da ampliação de incentivos, que permitem aos produtores agregarem valor a seus produtos e aumentarem sua renda. (CONTERATO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

2.2 SUBSÍDIOS DO GOVERNO A AGRICULTURA FAMILIAR

O apoio do governo aos setores da sociedade ocorre através de subsídios, sendo este o principal instrumento de políticas públicas, tendo como intuito promover o crescimento econômico e o bem-estar social. A agricultura familiar necessita de políticas públicas diferenciadas, que promovam juros menores e apoio institucional (SCHENEIDER, 2009). Por meio deste incentivo buscam-se ganhos na produtividade visando uma maior competitividade em âmbito global (SILVA, 2012).

O Brasil é um dos países que diferencia o pequeno, do médio e grande produtor rural por termos estabelecidos por lei, conforme Laudemir Muller (secretário da Agricultura Familiar). A lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal define como pequena propriedade rural aquelas que possuem área entre um e quatro módulos fiscais, Média Propriedade as de área superior a quatro e até 15 módulos fiscais, e grande propriedade o imóvel acima de 15 módulos fiscais (BRASIL, 1993). Desta forma, não encontrando nenhum problema em instituir programas de incentivo a agricultura familiar por auxiliar o desenvolvimento do setor (TENÓRIO, 2011).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014) apresenta como um dos subsídios a agricultura familiar a Alimentação Escolar, na qual cerca de 30% dos recursos repassados para a alimentação escolar devem ter como base a agricultura instituída familiar. Outro subsídio oferecido pelo governo é o programa “Mais Gestão” onde proporciona o fortalecimento de cooperativas, garantindo mais acesso a comercialização e contribuindo para a qualificação no sistema de gestão. Além destes subsídios existem os programas de fortalecimento a Agroindústria, de Assistência Técnica, Biodiesel, Crédito Rural, entre outros.

Uma das principais políticas públicas e de maior abrangência a agricultura é o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (Pronaf) sobre o qual destina apoio financeiro as atividades e serviços rurais (BANCO DO BRASIL, 2014). De acordo com a EPAGRI (2014) o programa tem por finalidade o aumento da produção, da produtividade, da mão-de-obra e a elevação da renda do produtor rural.

2.3 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR

Até a década de 1990 não se encontrava no Brasil nenhuma política pública

voltada para o setor da agricultura de pequeno porte, apenas as direcionadas aos grandes produtores rurais. Para Schneider; Mattei; Cazella (2004) os pequenos agricultores eram marginalizados sendo considerados improdutivos, produtores de baixa renda, pequenos produtores, produtores familiares e agricultores de subsistência. Neste contexto os trabalhadores rurais buscaram por meio de organizações e lutas a formulação e implantação de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura (MATTEI, 2005). Assim, em 1994 foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) pelo governo de Itamar Franco, operando com recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvidos) (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Na transição do governo para Fernando Henrique Cardoso o PROVAP foi totalmente reformulado, tendo como principal mudança sua concepção e área de abrangência (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). Em 1996 foi apresentada a principal política pública do Governo Federal aos agricultores familiares o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar, PRONAF, pelo Decreto Presidencial nº 1.946. Assim, permitindo a esta categoria o acesso aos serviços oferecidos pelo Sistema Financeiro Nacional que até então era proporcionado apenas aos grandes produtores rurais (MATTEI, 2005).

O Pronaf tem por objetivo a geração de renda por meio de linhas de créditos que auxiliam as atividades rurais. Assim, proporcionando a auto sustentabilidade da propriedade rural através de planejamento e elaboração de projetos que viabilizam o custeio da safra, a compra de equipamentos e o melhoramento da infraestrutura, contemplando todas as fases do desenvolvimento da propriedade rural (SECRETÁRIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA, 2014).

Os produtores que podem ser contemplados por estes subsídios precisam estar enquadrados nas condições estabelecidas pelo PRONAF:

1.1.4. Agricultores Familiares que:

- a) Utilizem terras como proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, concessionários do PNRA ou permissionários de áreas públicas.
- b) Residam na propriedade ou em local próximo, de acordo com as características geográficas regionais.
- c) Não disponham a qualquer título de área de terras superior a quatro módulos fiscais.
- d) Tenham no mínimo 50% da renda bruta familiar total vinda do estabelecimento.
- e) Utilizam mão de obra predominantemente familiar, admitido trabalho assalariado frente às exigências sazonais das explorações, podendo ter até dois empregados permanentes.
- f) Obtenham renda bruta familiar total nos últimos 12 (doze) meses que

antecedem a solicitação da DAP acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 160.000,00, excluídos benefícios sociais e proventos previdenciários rurais.

g) Caso a renda bruta anual das atividades desenvolvidas no estabelecimento for superior a R\$ 800,00, admite-se a exclusão de até R\$ 10.000,00 da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento (EPAGRI, 2014).

Além destes, podem se enquadrarem no programa os pescadores, extrativistas, silvicultores, agricultores, povos indígenas entre outros que estão devidamente adequados nos requisitos estabelecidos (EPAGRI, 2014).

Para a utilização desta linha de crédito o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014) define que o produtor familiar deve procurar o Sindicato Rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que é emitida segundo a renda do produtor para avaliação da compatibilidade ao programa.

O PRONAF apresenta as mais baixas taxas de juros dentre os financiamentos rurais. Para créditos de custeio os juros cobrados pelos bancos são de 1,5% a.a. para empréstimos de até R\$ 10.000,00; juros de 3% a.a. para empréstimos entre R\$ 10.000,00 à R\$ 30.000,00 e juros de 3,5% a.a. para operações acima de R\$ 30.000,00 até R\$ 100.000,00. Para créditos de investimento as taxas de juros são de 1% a.a. para operações até R\$ 10.000,00 e taxas de 2% a.a. para operações com valor superior a esse até R\$ 300.000,00. Vale ressaltar que acima desse valor não se enquadra mais ao programa. (BANCO CENTRAL, 2014).

3 METODOLOGIA

A construção da pesquisa foi proposta no âmbito do Proesde em três diferentes estágios. O primeiro estágio constituiu na elaboração do tema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e a metodologia a serem utilizadas, os quais foram elaborados na disciplina de Iniciação à pesquisa, já no início do curso. O segundo estágio da pesquisa foi desenvolver um referencial teórico que embasasse o estudo, proporcionando aos acadêmicos subsídios teóricos para fundamentação da pesquisa, este construído na disciplina de Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional I. O terceiro estágio constituiu-se na busca dos dados e fechamento da pesquisa na disciplina de Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional II. Ademais, entre as disciplinas supracitadas, foram ministradas disciplinas voltadas ao entendimento das Políticas Públicas, Indicadores de Desenvolvimento Regional, Dinâmicas de Emprego

e Renda, Economia do Setor Público, Desenvolvimento Regional, além de seminários onde foram socializadas as temáticas com colegas, professores e representantes das SDRs.

Quanto à metodologia científica, foi empregada no estudo a pesquisa exploratória, que se caracteriza pelo levantamento de informações necessárias para a investigação do tema (CERVO; BERVIAN, 1983). Utilizou-se, portanto, a pesquisa bibliográfica, uma vez que as informações descritas no referencial teórico foram retiradas de outros materiais já publicados o que proporcionou a melhor compreensão sobre o tema abordado (BLOGOSLAWSKI; FACHINI; FAVERI, 2011). Quando aos resultados, caracteriza-se como documental, uma vez que os dados são originários de órgãos governamentais (MARCONI; LAKATOS, 2009). Para esta pesquisa foram coletados dados do Ministério do Desenvolvimento agrário, EPAGRI, Secretária de Estado da Agricultura e da Pesca, IBGE, Banco Central. Também possui abordagem quantitativa, uma vez que se quer buscar dados sobre a evolução de contratos e montante de recursos (BLOGOSLAWSKI; FACHINI; FAVERI, 2011).

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Esta parte da pesquisa foi desenvolvida na disciplina de Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional II com o auxílio dos conteúdos ministradas nas demais disciplinas durante o curso. Foi proposta a contextualização da região, demonstrando a relevância da agricultura familiar, seguida dos dados da pesquisa quanto à evolução no número de contratos e montante de recursos financiado.

A região do Alto Vale do Itajaí é caracterizada pela forte presença da agricultura familiar. Na Tabela Nº 1 foram apresentadas as quantidades de estabelecimentos, área, produção e renda por municípios, especificados pela agricultura familiar e não-familiar. A região possui uma totalidade de 19.253 estabelecimentos de agricultura familiar e 1.301 de estabelecimentos não-familiares. Os municípios de Santa Terezinha e Ituporanga exibem o maior número de estabelecimentos, sendo, respectivamente, de 2.011 e 1.457. Os municípios considerados com menor quantidade de estabelecimentos familiares são o de Trombudo Central com 282 estabelecimentos e Braço do Trombudo com 209.

O Alto Vale do Itajaí possui 357.408 hectares de área para a utilização da agricultura familiar e 110.753 hectares da agricultura não-familiar. A cidade de Santa

Terezinha possui a maior quantidade de área para agricultura familiar dentre os municípios do Alto Vale, com mais 35 mil hectares. O município de Taió apresenta a segunda maior área com 25.998 hectares e a de maior quantidade de uso da agricultura não-familiar com 20.169 hectares. As cidades de Mirim Doce e Rio do Sul são as únicas que apresentam maiores quantidades de área da agricultura não-familiar do que as de uso da agricultura familiar.

Na produção agrícola o Alto Vale do Itajaí apresenta grande destaque da agricultura familiar com 664.863 toneladas, em relação à agricultura não-familiar com 102.845 toneladas. O município de Rio do Oeste produz a maior quantidade do Alto Vale do Itajaí vindo da agricultura familiar, chegando a 74.733 toneladas, seguido do município de Ituporanga com 62.434 toneladas e de Santa Terezinha com 49.956 toneladas. A cidade de Braço do Trombudo ganha relevância por apresentar sua produção da agricultura familiar menor do que a produção da agricultura não-familiar, sendo assim de 3.097 e de 4.644.

A renda também apresenta destaque da agricultura familiar no Alto Vale do Itajaí, chegando a R\$ 452.707,00. Para a agricultura não-familiar a renda foi de aproximadamente R\$ 57.004,00. O município do Braço do Trombudo apresentou sua produção de agricultura não-familiar maior, de 2.084 toneladas, em relação a agricultura familiar, de 4.467 toneladas. Isso se explica pela produção também ter sido alta neste setor, e bem elevada se comparada com a quantidade de área e de estabelecimentos que exhibe. A cidade de Rio do Oeste apresenta a maior renda do setor da agricultura familiar, com R\$ 60.804,00.

A Tabela 2 exhibe os financiamentos rurais concedidos para os municípios do Alto vale do Itajaí no ano agrícola de 2003/04 e de 2012. O Pronaf apresenta duas linhas de atuação, a de custeio e a de investimento. Assim, na Tabela 2 foram especificados os contratos e valores concedidos para as linhas de atuação de cada município do Alto Vale do Itajaí e a variação que sofreu no período de análise.

Na finalidade de custeio o município de Presidente Nereu possuiu a maior variação, de 455%, no número de contratos dentre os municípios do Alto Vale do Itajaí, com 33 contratos em 2003/04 passando para 183 contratos no ano de 2012. Lontras teve a maior queda na quantidade de contratos, passando de 188 contratos para 100, apresentando assim uma variação de -47%. O Alto Vale do Itajaí exibiu uma variação de 24% na quantidade de contratos, passando de 7.554 para 9.350. Para os valores de créditos concedidos na finalidade de custeio, a região apresentou um valor de

R\$35.986.220,00 no ano de 2003/04 e de R\$133.989.461,11 em 2012, gerando um crescimento de 272%. O município de Rio do Sul foi o que exibiu maior crescimento, passando de R\$661.706,00 reais concedidos em 2003/04 para R\$7.751.387,74, tendo uma variação de 1.071%. Vale destacar que nesta finalidade os números de contratos obtiveram quedas significativas em muitos municípios da microrregião.

Tabela Nº 1: Quantidade de estabelecimento, área, produção e renda da agricultura familiar e não-familiar da Microrregião do Alto Vale do Itajaí.

Município	Estabelecimento (Unidades)		Área (hectares)		Produção - Toneladas		Renda - R\$	
	Agríc. Familiar	Agríc. não-familiar	Agríc. Familiar	Agríc. não-familiar	Agríc. Familiar	Agríc. não-familiar	Agríc. Familiar	Agríc. não-familiar
Agrolândia	620	25	11.628	819	13.070	2.320	8.093,00	2.280,00
Agronômica	628	37	9.023	1.251	21.271	6.593	13.429,00	3.319,00
Atalanta	519	22	7.496	450	16.453	1.500	8.994,00	539,00
Aurora	753	20	12.577	2.680	24.370	1.366	14.071,00	476,00
Braço do Trombudo	209	19	4.959	764	3.097	4.644	2.084,00	4.467,00
Chapadão do Leão	524	25	7.979	774	17.534	796	9.231,00	380,00
Dona Emma	323	13	7.708	1.608	9.543	469	5.232,00	245,00
Ibirama	314	25	7.398	1.332	8.366	261	7.955,00	225,00
Irubia	657	33	7.413	1.005	24.959	2.104	13.336,00	1.150,00
Ituporanga	1.457	121	20.339	2.246	62.434	9.314	35.357,00	3.426,00
José Boiteux	572	23	13.535	2.718	13.369	593	9.216,00	249,00
Laurentino	294	16	4.058	357	9.299	1.827	6.965,00	961,00
Lontas	502	28	8.744	2.587	17.379	465	14.967,00	143,00
Mirim Doce	320	34	9.212	13.123	14.084	5.618	9.774,00	4.863,00
Petrolândia	812	45	13.799	4.345	22.269	629	12.262,00	254,00
Pouso Redondo	1.214	105	21.063	3.653	46.667	4.712	37.334,00	3.728,00
Presidente Getúlio	860	65	18.868	1.861	20.020	1.531	14.112,00	1.359,00
Presidente Nereu	364	24	8.771	4.490	9.376	2.901	5.937,00	1.876,00
Rio do Campo	647	105	16.364	7.462	23.183	9.139	16.852,00	8.170,00
Rio do Oeste	796	37	16.134	1.834	74.733	4.663	60.804,00	3.416,00
Rio do Sul	639	92	9.192	9.810	10.841	4.376	9.908,00	1.638,00
Salete	502	30	10.649	2.851	17.093	3.999	11.168,00	3.005,00
Santa Terezinha	2.011	59	35.521	11.452	49.956	1.672	31.920,00	734,00
Taió	1.143	117	25.998	20.169	39.474	8.087	28.056,00	4.051,00
Trombudo Central	282	34	4.762	1.250	18.721	17.339	17.110,00	3.329,00
Vidal Ramos	887	63	16.017	4.795	38.475	3.111	24.123,00	844,00
Vitor Meireles	849	59	17.076	4.143	24.091	2.495	15.416,00	1.748,00
Wilmarsum	555	25	11.125	924	14.736	321	9.001,00	169,00
Total	19.253	1.301	357.408	110.753	664.863	102.845	452.707,00	57.044,00

Fonte: Elaboração própria com dados retirados do IBGE, 2014.

Tabela Nº 2: PRONAF - Financiamentos rurais concedidos para os municípios do Alto Vale do Itajaí no ano agrícola de 2003/04 – 2012.

	CUSTEIO				INVESTIMENTO							
	2003/04		2012		2003/04		2012					
Municípios	Contrato	R\$	Contrato	R\$	Δ% 2003/04 - 2012	Contratos	R\$	Contrato	R\$	Δ% 2003/04 - 2012	Contratos	R\$
Agrolândia	223	1.067.528,00	217	2.516.431,67	-3%	136%	14	176.879,00	92	1.780.015,12	557%	906%
Agronômica	156	729.187,00	234	2.582.590,73	50%	254%	-	-	89	2.837.352,03	-	-
Atalanta	164	909.766,00	358	4.579.961,93	118%	403%	-	-	140	3.609.098,46	-	-
Aurora	253	1.246.833,00	469	8.884.355,33	85%	613%	6	91.499,00	146	4.067.391,36	2333%	4345%
Braço do Trombudo	231	762.536,00	130	1.028.193,62	-44%	35%	24	211.656,00	38	851.460,40	58%	302%
Chapadão do Lageado	352	2.079.248,00	190	2.220.507,93	-46%	7%	3	18.570,00	64	1.316.011,22	2033%	6987%
Dona Emma	204	712.414,00	192	1.563.940,39	-6%	120%	12	42.000,00	65	1.290.150,84	442%	2972%
Ibirama	76	262.734,00	52	377.343,31	-32%	44%	40	788.851,00	36	896.937,56	-10%	14%
Imbuia	298	1.715.539,00	794	12.993.608,68	166%	657%	3	29.767,00	704	11.714.411,12	23367%	39254%
Ituporanga	614	4.868.831,00	1102	25.809.013,80	79%	430%	303	3.157.281,00	258	2.562.106,45	-15%	-19%
José Boiteux	149	543.621,00	124	842.886,78	-17%	55%	1	13.209,00	87	1.619.294,91	8600%	12159%
Laurentino	141	514.612,00	153	1.357.608,26	9%	164%	3	27.383,00	86	2.886.233,85	2767%	10440%
Lontas	188	541.948,00	100	782.000,46	-47%	44%	1	12.961,00	44	1.044.106,34	4300%	796%
Mirim Doce	119	917.409,00	133	2.161.811,00	12%	136%	1	52.000,00	30	1.030.526,19	2900%	1882%
Petrolândia	307	1.608.099,00	404	5.922.864,91	32%	266%	3	27.562,00	254	6.315.945,98	8367%	22815%
Pouso Redondo	486	2.436.048,00	434	4.922.161,79	-11%	102%	67	539.254,00	126	3.098.110,01	88%	475%
Presidente Getúlio	381	1.898.369,00	371	3.515.810,41	-3%	85%	92	1.183.661,00	172	3.604.040,65	87%	204%
Presidente Nereu	33	109.346,00	183	1.115.515,76	455%	920%	-	-	84	1.512.693,25	-	-
Rio do Campo	553	2.554.430,00	380	3.965.906,40	-31%	55%	65	702.073,00	152	3.392.032,25	134%	383%
Rio do Oeste	176	1.070.202,00	629	6.497.735,84	257%	507%	3	35.560,00	277	6.821.216,88	9133%	19082%
Rio do Sul	175	661.706,00	99	7.751.387,74	-43%	1071%	72	963.990,00	28	5.518.683,44	-61%	472%
Salete	276	869.290,00	211	2.329.452,54	-24%	166%	59	629.993,00	123	3.004.514,77	108%	377%
Santa Terezinha	319	1.096.202,00	520	4.158.045,92	63%	279%	2	17.822,00	346	6.490.738,56	17200%	36320%
Taió	547	2.457.840,00	460	5.056.722,41	-16%	106%	2	29.140,00	149	2.938.423,92	7350%	9984%
Trombudo Central	128	635.712,00	119	1.120.210,23	-7%	76%	12	117.088,00	37	987.700,07	208%	744%
Vidal Ramos	505	1.637.026,00	692	14.840.593,77	37%	807%	123	1.902.963,00	303	2.094.338,18	146%	10%
Vitor Meireles	327	1.353.037,00	339	3.324.533,93	4%	148%	2	9.817,00	141	3.567.218,24	6950%	36237%
Wilmarsum	173	726.707,00	261	1.768.265,57	51%	143%	-	-	86	1.753.222,36	-	-
Total	7554	35.986.220,00	9350	133.989.461,11	24%	272%	913	10.780.981,00	4157	88.603.974,41	355%	722%

Fonte: Elaboração própria com dados retirados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, e do Banco Central do Brasil, 2012.

Na finalidade de investimentos o Alto vale do Itajaí apresentou um relevante crescimento em âmbito de contratos e créditos concedidos. A cidade de Imbuia exibiu as maiores variações dentre os municípios no setor de contratos e créditos. Na linha de créditos sua variação foi de 23.367%. Para os valores concedidos, sua variação foi de 39.254%. Nesta finalidade apenas três municípios apresentaram diminuição no número de contratos e créditos. Vale destacar que nesta finalidade os números de contratos obtiveram quedas significativas em muitos municípios da microrregião. O Alto Vale do Itajaí apresentou um crescimento de 355% na quantidade de contratos e de 722% no valor concedido. Passando de 913 contratos em 2003/04 para 4.157 em 2012 e de R\$10.780.981,00 em 2003/04 para R\$88.603.974,41 no ano de 2012. É relevante destacar que alguns municípios não exibiram dados desta finalidade no ano de 2003/04.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência foi realizado com o intuito de demonstrar a realidade da agricultura familiar na Região do Alto Vale do Itajaí no que se refere à evolução dos contratos e recursos do Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar nas safras de 2003/04 e 2012. Este estudo foi realizado no âmbito do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional. Todas as disciplinas do curso foram essenciais para embasar a pesquisa. Pode-se observar que a agricultura familiar é de extrema relevância para o desenvolvimento regional e que esta, é uma característica singular da região do Alto Vale do Itajaí que possui 357.408 hectares com a presença da agricultura familiar com mais de 19 mil estabelecimentos segundo dados do IBGE (2015).

Em relação à região estudada foi possível averiguar que o Pronaf apresentou um crescimento relevante no período analisado. A linha de crédito de maior destaque foi a de investimento, que exibiu um crescimento de 722% no valor de crédito e de 355% nos contratos concedido. Apesar disso, a linha de custeio apresentou os maiores valores nestes dois setores, apresentando em 2012 cerca de 9.350 contratos e R\$133.989.461,11 concedidos aos municípios.

Os resultados da pesquisa demonstram a importância do crédito rural, especificamente do Pronaf para agricultura familiar local. A oportunidade de estudar a região do Alto Vale do Itajaí permite conhecer melhor a realidade dos municípios. No

entanto, esta pesquisa não esgota o tema, necessitando ainda, que mais estudos sejam realizados sobre o tema. Neste sentido, o Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional tem contribuído para ampliar as pesquisas sobre municípios e realidades carentes de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece As Diretrizes Para A Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf**: Análise de Indicadores. Brasília: NEAD Estudos, 2005.

FÁVERI, Helena Justen; BLOGOSLAWSKI, Ilson Paulo Ramos; FACHINI, Olimpio. **Educar para a pesquisa**: Normas para a produção de textos científicos. 4. ed. Rio do Sul: Nova Letra, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 3º ed. São Paulo: Mcgraw-hill do Brasil, 1983.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho Científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASÍLIA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Programas**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/>>. Acesso em: 31 maio 2014.

Banco do Brasil. **Agronegócio**: Pronaf. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page44,8623,10817,0,0,1,1.bb?codigoMenu=11724&codigoNoticia=19318&codigoRet=11753&bread=1>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

EPAGRI. **Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar**: Pronaf. Disponível em: http://carcara.epagri.sc.gov.br/epagri/?page_id=1090. Acesso em: 26 abr. 2014.

Secretária de Estado da Agricultura e da Pesca. **Manual de Orientação PRONAF**. Disponível em: <http://www.agricultura.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=110&Itemid=233>. Acesso em: 10 maio 2014.

TENÓRIO, Roberto. **Agricultura**: Do subsídio à política agrícola. Ipea, São Paulo, v. 68, n. 8, p.1-9, out. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2599:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 26 abr. 2014.

SILVA, Valquíria da. **O subsídio e a política agrícola no Brasil**. Pré-univesp, São Paulo, v. 2012, n. 26, p.1-2, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/preunivesp/4153/o-subs-dio-e-a-pol-tica-agr-cola-no-brasil.html>>. Acesso em: 25 maio 2014.

GUILHOTO, Joaquim andIchiara, Silvio Massaruand Silveira, Fernando GaigerandAzzoni, Carlos Roberto. **Family Agriculture**: ContributingtotheBrazilianNationalWealth (Agricultura Familiar: Contribuindo Para a

Riqueza Nacional) (June 10, 2011).

Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1862353> or

<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1862353>

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n. 2, p.73-78, abr. 1997. Disponível em: <http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/agricultura_familiar_uso_do_solo/11>. Acesso em: 22 jun. 2014.

CONTERATO, Marcelo Antonio; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **A dinâmica Agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no alto Uruguai / RS: suas metamorfoses e reações locais**. 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/405.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura Familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso**. 2006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/386.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. **Histórico, Caracterização e Dinâmica recente do pronaf**: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf> . Acesso em: 16 ago. 2014.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do crédito rural. 1999-2012**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2011>>. Acesso em: 02 out. 2014

FÁVERI, José Ernesto de; KROERTZ, Marilei; ALEXANDRINI, Fábio. **O Alto Vale do Itajaí e a Ideologia do Desenvolvimento Regional** : Concepções e Análises. Blumenau: Nova Letra; 2012.

INÁCIO, Humberto Luís de Deus. **O Ecoturismo como Vetor de Desenvolvimento Territorial Sustentável**: Um estudo de caso no Alto Vale do Itajaí. 2007. 232 f. Tese (Doutorado) - Curso em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103186/248836.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 out. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (Org.). **Versão Preliminar do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território do Alto Vale do Rio Itajaí**. 2006. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio011.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.